



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO 25/2026

Prefeitura Municipal de Bodoquena

OBJETO: Registro dos menores preços visando a prestação de serviços de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 250.552,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

REGISTRO TCE: B91BC7739CA9191204F9A4C529C18CCE07720AD6





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Processo Administrativo nº 101/2026

Torna-se público que o Município de Bodoquena, por meio do Departamento Especial de Compras, Licitações e Contratos, sediada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, Nº 1020, bairro Bandeira II, na cidade de Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 101, de 06 de maio de 2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sítio Eletrônico: <http://comprasnet.gov.br/>

1. 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação registro dos menores preços visando a prestação de serviços de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema ComprasNet (<http://comprasnet.gov.br/>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela in-





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

formação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item expresso em reais (R\$)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente da contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente da contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente da contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente da contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente da contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente da contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Agente da contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O Agente da contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao Agente da contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Agente da contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente da contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente da contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 4.5 deste edital.

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente da contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- 7.4.1. conter vícios insanáveis;
- 7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.4.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente da contratação, que comprove:
 - 7.4.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.4.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou aqueles que se comprovem através do SICAF.
- 8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. Habilitação jurídica:





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.8.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

8.9.7. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. Da Constituição Federal, e, comprovação de ausência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU.

8.10. Qualificação Econômico-Financeira.

8.11. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;.

8.12. Documento referente à qualificação técnica:

8.13. Consta no termo de referencia.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://transparencia.betha.cloud/>)

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- 12.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://comprasnet.gov.br/> ou licitabodoquena@gmail.com.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente da contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/>.

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.10.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.10.3. ANEXO III – Minuta do Contrato





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Bodoquena/MS, 24 de junho de 2026.

**Monique Hevely Corrêa Dalletezze
Secretaria Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

1.1. Registro dos menores preços visando a prestação de serviços de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS.

(X) Natureza Comum

() Natureza Especial

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE ABDOME SUPERIOR	SRÇ	15,0000
2.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE ABDOME INFERIOR	SRÇ	15,0000
3.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA CERVICAL	SRÇ	15,0000
4.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA DORSAL	SRÇ	15,0000
5.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA LOMBAR	SRÇ	15,0000
6.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COXA	SRÇ	10,0000
7.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE CRANIO	SRÇ	50,0000
8.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PESCOCO	SRÇ	15,0000
9.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE TORAX	SRÇ	30,0000





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

10.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE OMBRO	SRÇ	15,0000
11.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE FACE	SRÇ	15,0000
12.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE JOELHO	SRÇ	15,0000
13.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PELVE	SRÇ	15,0000
14.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE MASTOIDE	SRÇ	15,0000
15.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PÉ	SRÇ	15,0000
16.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE MAO	SRÇ	15,0000
17.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE SEIOS DA FACE	SRÇ	15,0000
18.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COTOVELO	SRÇ	5,0000
19.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PUNHO	SRÇ	5,0000
20.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE ABDOME TOTAL	SRÇ	100,0000
21.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE CRANIO	SRÇ	5,0000
22.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE PESCOÇO	SRÇ	15,0000
23.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE TORAX	SRÇ	15,0000

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. DA VIGÊNCIA:

A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado os preços vantajosos e conforme previsto no planejamento da contratação.

1.4. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

Os serviços de tomografia computadorizada deverão ser prestados pela empresa contratada em suas próprias instalações, devidamente licenciadas pelos órgãos competentes, ou em unidade credenciada, conforme previsto no Termo de Referência, garantindo condições técnicas, estruturais e sanitárias adequadas à realização dos exames.

1.5. DA GARANTIA:

1.5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.6. DO REAJUSTE

1.6. DO REAJUSTE

1.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

1.6.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A contratação de serviços de tomografia computadorizada é de extrema necessidade diante da demanda contínua, crescente e complexa por exames de diagnóstico por imagem no Município de Bodoquena/MS. A ausência ou insuficiência desse serviço compromete diretamente a capacidade do Hospital Municipal Francisco Sales de realizar diagnósticos precisos e oportunos, tanto em situações eletivas quanto de urgência e emergência, ocasionando atrasos na definição de condutas clínicas, sobrecarga da rede assistencial, aumento de encaminhamentos para outros municípios e risco de agravamento do quadro clínico dos pacientes.

2.2. A indisponibilidade de exames de tomografia impacta negativamente a resolutividade hospitalar e a eficiência da rede municipal de saúde, podendo gerar aumento de custos com deslocamentos de pacientes, internações prolongadas, repetição de exames e tratamentos tardios. Diante desse cenário, torna-se imprescindível assegurar a continuidade e a ampliação do acesso aos serviços de tomografia computadorizada, garantindo à população diagnóstico rápido, seguro e preciso, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3. Os exames de tomografia computadorizada destinam-se a toda a população do Município, independentemente da faixa etária, considerando que a necessidade de diagnóstico por imagem pode ocorrer em diversas fases da vida e em diferentes condições clínicas, especialmente nos casos de trauma, doenças neurológicas, torácicas, abdominais e outras patologias de média complexidade. A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Assim, compete ao Município assegurar a oferta de serviços diagnósticos especializados no âmbito hospitalar, garantindo assistência integral, equânime e contínua à população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

3.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tomografia computadorizada é necessária para atender, de forma imediata e contínua, às demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena/MS, em especial do Hospital Municipal Francisco Sales. O serviço de diagnóstico por imagem é essencial para subsidiar a tomada de decisões clínicas, possibilitando diagnósticos precisos e oportunos, sobretudo em situações de urgência e emergência, sendo indispensável ao funcionamento regular da rede municipal de saúde.

3.2. Embora o objeto da contratação possua padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, a necessidade de manutenção ininterrupta dos exames de tomografia computadorizada e a urgência assistencial inviabilizam a instauração e a conclusão de procedimento licitatório em tempo hábil. Dessa forma, a contratação direta fundamenta-se no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, diante do risco concreto de descontinuidade de serviço público essencial à saúde, cuja interrupção acarretaria prejuízos relevantes à assistência hospitalar e à segurança dos pacientes.

3.3. Os exames de tomografia computadorizada são fundamentais para o atendimento da população em todas as faixas etárias, sendo amplamente utilizados no diagnóstico e acompanhamento de diversas patologias, incluindo traumas, acidentes, doenças neurológicas, torácicas, abdominais e outras condições clínicas de média complexidade. A Lei nº 8.080/1990 assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo ao Município garantir o acesso a serviços diagnósticos especializados, de forma integral, contínua e resolutiva.

3.4. Considerando a necessidade urgente de assegurar a realização de exames de tomografia computadorizada no Hospital Municipal Francisco Sales, a contratação direta de empresa especializada apresenta-se como medida necessária, adequada e proporcional, visando manter a regularidade dos serviços hospitalares, reduzir encaminhamentos para outros municípios, evitar atrasos diagnósticos e prevenir a desassistência à população de Bodoquena/MS. Assim, a dispensa de licitação mostra-se plenamente justificada para garantir a continuidade, a eficiência e a segurança da atenção em saúde. A contratação mostra-se ainda mais necessária diante do fracasso do certame anterior, o que ocasionou a continuidade da demanda reprimida e risco à prestação dos serviços de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, legais e assistenciais:





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- a) A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de tomografia computadorizada, devidamente constituída e habilitada para atuar na área de diagnóstico por imagem;
- b) Possuir registro e regularidade junto aos órgãos competentes, incluindo alvará sanitário vigente, licenciamento da vigilância sanitária e demais autorizações exigidas para funcionamento de serviços de radiodiagnóstico;
- c) Disponibilizar equipamento de tomografia computadorizada em pleno funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva em dia, atendendo às normas técnicas, sanitárias e de segurança radiológica vigentes;
- d) Garantir que os exames sejam realizados por profissionais legalmente habilitados, incluindo técnicos/tecnólogos em radiologia e médicos radiologistas com registro no CRM, responsáveis pela emissão dos laudos;
- e) Realizar os exames conforme solicitação médica, com priorização dos casos de urgência e emergência, assegurando prazos compatíveis com a necessidade clínica do paciente;
- f) Emitir laudos médicos claros, completos e conclusivos, assinados por profissional habilitado, dentro de prazo adequado, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Manter sistema de registro, arquivamento e disponibilização de imagens e laudos, assegurando a rastreabilidade, confidencialidade e integridade das informações, em conformidade com a legislação vigente;
- h) Atender exclusivamente aos pacientes encaminhados pelo Hospital Municipal Francisco Sales e/ou pela Central de Regulação do SUS, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista exigidas no processo de contratação;
- j) Cumprir integralmente as determinações da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no que se refere ao acesso universal, integralidade e equidade;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

k) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falha na execução dos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;

l) A CONTRATADA deverá disponibilizar unidade para realização dos exames localizada em um raio máximo de até 150 km do Município de Bodoquena/MS.

A exigência justifica-se pela necessidade de garantir a celeridade no atendimento, a segurança dos pacientes — muitos dos quais em estado de saúde debilitado — e a economicidade da contratação, evitando custos excessivos com deslocamento, sem que tal condição configure restrição indevida à competitividade, por se tratar de requisito proporcional e diretamente relacionado à adequada execução do objeto.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O prazo de prestação desses serviços é de 3 (três) dias úteis, contados da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Serviço, em remessa parcelada, conforme solicitação da contratante.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos para esse fim.

6.3. A Administração poderá convocar representante da Contratada sempre que necessário para a adoção de providências imediatas relacionadas à execução do objeto.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

6.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato designado(s), ou por seus substitutos, nos termos do **art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021**, com vistas a assegurar o cumprimento das condições estabelecidas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração.

6.5. Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

II – Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas;

III – Emitir notificações à Contratada para correção de inexatidões, irregularidades ou descumprimentos, fixando prazo para saneamento;

IV – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência;

V – Comunicar imediatamente ao gestor do contrato ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas;

VI – Comunicar ao gestor do contrato o término da vigência contratual, visando à tempestiva adoção das providências cabíveis.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, de-





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

vendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato.

7.2 DO PAGAMENTO:

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo como fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

7.2.2 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

7.2.2.1 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

7.2.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.2.3 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO por item**.

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1 Habilitação jurídica:

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Micro empreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.1.4 Qualificação Técnica





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de tomografia computadorizada, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.
- b) Alvará Sanitário vigente expedido pela vigilância sanitária municipal da sede da empresa. Não será admitido por substituição de alvará de funcionamento.
- c) Indicação de Responsável técnico Médico Radiologista, com;
- d) Registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- e) Título de especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, reconhecido pelo CFM;
- f) Comprovação de vínculo formal entre a empresa licitante e o responsável técnico e demais profissionais envolvidos, mediante apresentação de Contrato Social, CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou documento legalmente admitido, podendo ser apresentada até a fase de contratação, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.2. A estimativa de valor é de R\$ 250.552,20 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício.

11 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5.** fraudar a licitação
- 11.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1.** advertência;
 - 11.2.2.** multa;
 - 11.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

de que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DO REGISTRO DE LICITAÇÃO DESERTA E DA NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO CERTAME:

12.1 Registra-se que o procedimento licitatório anteriormente instaurado para a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar foi declarado deserto, em razão da ausência de participantes.

12.2 Diante da ausência de licitante, tornou-se necessária a reabertura do processo licitatório, mantendo-se a necessidade da contratação e a adequação da solução técnica proposta neste Estudo Técnico Preliminar.

12.3 Ressalta-se que a ocorrência de licitação deserta não afasta o interesse público envolvido, permanecendo plenamente justificada a contratação, tendo em vista a continuidade da demanda administrativa e a necessidade de atendimento ao objeto pretendido pela Administração Municipal.

12.4 Assim, conclui-se que a repetição do certame mostra-se medida necessária e adequada para viabilizar a contratação da solução ora proposta, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Bodoquena/MS, 18 de junho de 2026.

Elaborado por:

Andreia dos Santos Caetano de Castro

Elaborador de Contrato

Aprovador por:

Monique Hevely Corrêa Dalletteze

Secretária Municipal de Saúde





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
BODOQUENA-MS**

1. DA INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade subsidiar a instrução do processo administrativo de contratação de empresa especializada na realização de exames de Tomografia Computadorizada, destinados ao atendimento das demandas assistenciais do Hospital Municipal Francisco Sales, bem como dos pacientes encaminhados por meio da Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS.

1.2. A contratação visa assegurar suporte diagnóstico essencial à tomada de decisões clínicas, especialmente nos atendimentos de urgência e emergência, contribuindo para a resolutividade dos serviços de saúde, a continuidade da assistência e a garantia do atendimento adequado à população usuária do SUS.

2. DO OBJETO:

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. A contratação é imprescindível para assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços de diagnóstico por imagem, indispensáveis ao adequado atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e daqueles encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo suporte diagnóstico oportuno às condutas médicas, especialmente nos atendimentos de urgência e emergência

2.3. Descrição da Solução como um Todo;

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em diagnóstico por imagem, devidamente habilitada e regularizada junto aos órgãos competentes, para a realização de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a disponibilização de infraestrutura adequada, equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, insumos necessários e profissionais qualificados, especialmente médico radiologista responsável pela emissão dos laudos.

Os exames serão realizados conforme solicitação médica, atendendo à demanda do Hospital Municipal Francisco Sales e aos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

Único de Saúde – SUS, observando critérios de prioridade clínica, especialmente nos casos de urgência e emergência.

A prestação dos serviços deverá garantir prazos compatíveis com a necessidade assistencial, qualidade técnica dos exames e laudos, bem como o cumprimento das normas sanitárias, éticas e legais vigentes, assegurando a continuidade do atendimento, a segurança do paciente e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Município de Bodoquena/MS. A contratação mostra-se ainda mais necessária diante do fracasso do certame anterior, o que ocasionou a continuidade da demanda reprimida e risco à prestação dos serviços de saúde.

3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

3.1. A necessidade da presente contratação decorre da imprescindibilidade de assegurar suporte diagnóstico por imagem aos atendimentos realizados no Hospital Municipal Francisco Sales, bem como aos pacientes encaminhados pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Bodoquena/MS.

3.2. O Município não dispõe de equipamento próprio de tomografia computadorizada, tampouco de estrutura técnica e recursos humanos especializados para a execução desse tipo de exame, o que inviabiliza a prestação direta do serviço pela Administração Pública. Tal limitação compromete a agilidade na definição de condutas médicas, especialmente nos casos de urgência e emergência, podendo gerar riscos à saúde e à vida dos pacientes.

3.3. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação mostra-se essencial para garantir a continuidade, a eficiência e a resolutividade dos serviços de saúde, assegurando diagnósticos precisos e tempestivos, reduzindo a necessidade de transferências desnecessárias e contribuindo para a integralidade da atenção à saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e da administração pública.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

4.1. A presente contratação será vinculada ao Plano de Contratação BDQ/2.026 (que está sendo elaborado). A efetivação da referida contratação viabilizará o atendimento dos objetivos propostos da Administração, voltado para o atendimento de necessidades da sociedade e solução de problemas, agregando os conjuntos de ações com objetivos comuns.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A empresa especializada a ser contratada deverá atender aos requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, comprovando sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econô-





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

mico-financeira, bem como a qualificação técnica compatível com a prestação de serviços de diagnóstico por imagem, especificamente exames de tomografia computadorizada, observando-se ainda o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, sendo vedada qualquer forma de trabalho irregular de menores.

5.2. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços especializados de exames de tomografia computadorizada, compreendendo a realização dos exames solicitados, a emissão de laudos médicos especializados, o armazenamento e a disponibilização dos resultados, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales de Bodoquena/MS e dos usuários encaminhados pela Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. A empresa contratada deverá dispor de corpo técnico e clínico devidamente habilitado, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) médicos responsáveis pelos laudos com formação superior em Medicina, com diploma reconhecido pelo MEC;
- b) registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- c) especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, reconhecida pela AMB/CFM, ou comprovação de experiência profissional compatível com a área;
- d) comprovação de vínculo formal dos profissionais com a empresa contratada, por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou vínculo societário.

5.4. Compete exclusivamente à empresa contratada assumir todos os encargos decorrentes da relação mantida com seus profissionais, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias e quaisquer outras previstas na legislação vigente, não cabendo à Administração Municipal responsabilidade solidária ou subsidiária por tais encargos.

5.5. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas, éticas, sanitárias e de segurança radiológica aplicáveis aos serviços de tomografia computadorizada, em especial aquelas expedidas pela ANVISA, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Medicina, bem como os protocolos assistenciais do Sistema Único de Saúde – SUS. O descumprimento das normas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.6. A empresa contratada será integralmente responsável pela gestão administrativa, técnica e operacional dos serviços de tomografia, devendo, no mínimo:

- a) assegurar a disponibilidade, funcionamento adequado e manutenção preventiva e corretiva do equipamento de tomografia, devidamente licenciado e calibrado;
- b) garantir o cumprimento da agenda de exames definida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) apresentar relatórios periódicos de produção, contendo quantitativos de exames realizados, tipos de procedimentos e prazos de emissão de laudos;
- d) assegurar a continuidade dos serviços, adotando medidas imediatas em caso de falhas técnicas, indisponibilidade de profissionais ou interrupção do funcionamento do equipamento.

5.7. No que se refere à execução dos serviços, verifica-se a necessidade de que a prestação ocorra em local situado a uma distância máxima de até 150 km do Município de Bodoquena/MS.

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104

www.bodoquena.ms.gov.br

Página 37 de 69





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

Tal exigência fundamenta-se em critérios técnicos e de interesse público, considerando que os exames de tomografia computadorizada são, em muitos casos, destinados a pacientes em estado de saúde debilitado, com mobilidade reduzida ou em situação de urgência, de modo que o deslocamento por longas distâncias pode agravar o quadro clínico e comprometer a efetividade do atendimento.

Ademais, a limitação geográfica mostra-se necessária para assegurar maior celeridade na realização dos exames, bem como para viabilizar o adequado fluxo de atendimento dos pacientes encaminhados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Sob o aspecto econômico, o deslocamento para localidades mais distantes implicaria aumento significativo dos custos operacionais para a Administração, especialmente com despesas relacionadas ao uso de ambulâncias, consumo de combustível, diárias e disponibilidade de pessoal, o que comprometeria a economicidade da contratação.

Dessa forma, a delimitação da distância máxima não se configura como restrição indevida à competitividade, mas sim como medida proporcional e necessária para garantir a eficiência, a economicidade e a adequada prestação do serviço público de saúde.

5.8. A contratação e o procedimento licitatório obedecerão integralmente à seguinte norma, sem prejuízo de outras aplicáveis:

a) A contratação será realizada por meio de Licitação para Ata de Registro de preço, conforme a legislação vigente. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

6.1. A estimativa da quantidade de exames de tomografia computadorizada a serem contratados foi definida com base na demanda histórica registrada pelo Hospital Municipal Francisco Sales e pela Central de Regulação do Município de Bodoquena/MS, considerando o volume médio de solicitações médicas, o perfil epidemiológico da população atendida, a necessidade de continuidade e regularidade do serviço diagnóstico, bem como a capacidade operacional da rede municipal de saúde.

6.2. Para o presente estudo, considera-se a contratação de serviços de tomografia computadorizada por demanda, com quantitativo estimado de exames a serem realizados ao longo do período contratual, conforme levantamento técnico e projeção anual, observadas as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde. Os quantitativos estimados, bem como a forma de execução e faturamento dos exames, serão detalhados no Termo de Referência, não configurando obrigação de consumo integral, mas servindo como parâmetro para o planejamento da contratação e para a obtenção da proposta mais vantajosa.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

6.3. Do número de vagas estimado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
24.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE ABDOME SUPERIOR	SRÇ	15,0000
25.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE ABDOME INFERIOR	SRÇ	15,0000
26.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA CERVICAL	SRÇ	15,0000
27.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA DORSAL	SRÇ	15,0000
28.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COLUNA LOMBAR	SRÇ	15,0000
29.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COXA	SRÇ	10,0000
30.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE CRANIO	SRÇ	50,0000
31.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PESCOCO	SRÇ	15,0000
32.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE TORAX	SRÇ	30,0000
33.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE OMBRO	SRÇ	15,0000
34.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE FACE	SRÇ	15,0000
35.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE JOELHO	SRÇ	15,0000
36.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PELVE	SRÇ	15,0000
37.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE MASTOIDE	SRÇ	15,0000





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

38.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PÉ	SRÇ	15,0000
39.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE MAO	SRÇ	15,0000
40.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE SEIOS DA FACE	SRÇ	15,0000
41.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE COTOVELO	SRÇ	5,0000
42.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE PUNHO	SRÇ	5,0000
43.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE ABDOME TOTAL	SRÇ	100,0000
44.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE CRANIO	SRÇ	5,0000
45.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE PESCOÇO	SRÇ	15,0000
46.	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE TORAX	SRÇ	15,0000

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da demanda por exames de Tomografia Computadorizada (TC), com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional habilitado, destinados aos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e àqueles regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

a) Execução direta pelo Município

A realização dos exames por estrutura própria demandaria a aquisição de equipamento de tomografia computadorizada, cujo custo é elevado, além da necessidade de adequação de espaço físico com requisitos técnicos específicos (blindagem, climatização, instalação elétrica adequa-





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

da), contratação de equipe especializada (médico radiologista, técnico em radiologia, equipe de apoio), bem como manutenção preventiva e corretiva do equipamento.

Diante disso, verifica-se que esta alternativa se mostra **tecnicamente complexa e economicamente onerosa**, especialmente considerando a demanda do Município e a necessidade de continuidade do serviço.

b) Contratação de serviços por demanda (credenciamento ou registro de preços)

Consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para realização dos exames conforme a necessidade da Administração, mediante pagamento por exame efetivamente realizado.

Essa alternativa apresenta maior **flexibilidade operacional**, evita custos fixos elevados e permite atendimento contínuo da demanda, inclusive com possibilidade de absorção de variações no número de exames solicitados.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA

Após análise das alternativas, a solução mais adequada é a **contratação de empresa especializada por meio de registro de preços**, visando à prestação de serviços de exames de Tomografia Computadorizada, com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos.

Tal escolha justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Eficiência e economicidade:** evita investimentos elevados em infraestrutura e aquisição de equipamentos de alto custo, além de reduzir despesas com manutenção e pessoal especializado;
- **Atendimento contínuo e sob demanda:** possibilita a realização dos exames conforme a necessidade, garantindo maior racionalização dos recursos públicos;
- **Qualidade técnica:** permite a contratação de prestadores especializados, com equipamentos adequados e profissionais habilitados;
- **Celeridade no atendimento:** essencial para diagnóstico e tratamento oportuno dos pacientes, especialmente em situações de urgência;
- **Adequação ao SUS:** possibilita atender tanto a demanda interna do Hospital Municipal quanto os pacientes regulados pela Central de Regulação.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do sistema de **registro de preços para futura e eventual contratação** mostra-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, atendendo de forma eficiente ao interesse público.

Além disso, a adoção do sistema de registro de preços para futura e eventual contratação, garante:

- a) a disponibilidade contínua e regular dos exames de tomografia, indispensáveis ao apoio diagnóstico da rede municipal de saúde;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- b) assegura a regularidade do atendimento aos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e aos usuários encaminhados pela Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS;
- c) Possibilita a manutenção da continuidade do serviço, inclusive por meio da pronta recomposição da capacidade operacional em situações de falha técnica, manutenção de equipamentos ou indisponibilidade de profissionais;
- d) reduz significativamente os riscos de interrupção dos serviços essenciais de diagnóstico por imagem, evitando atrasos na definição de condutas clínicas;
- e) Atende às exigências normativas do SUS, às normas sanitárias e de segurança radiológica, bem como às necessidades assistenciais do Município de Bodoquena/MS.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de valores para esta contratação, foram baseadas em pesquisas com contratações similares.

8.2. Os valores levantados foram estimados com base nos possíveis itens que atenderão ao descritivo quando o Termo de Referência for elaborado. Como o momento do levantamento de valores ainda é estimado, os valores apresentados são especulativos, por não ser realizado pelo setor especializado e por ainda não haver, de forma conclusiva, as especificações detalhadas dos produtos/serviços. Deste modo, não deve ser considerado de forma absoluta, mas sim como um dimensionamento do valor para fins exclusivamente de análise de viabilidade financeira da contratação.

8.3. Valor estimado: R\$ 250.552,20 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A partir da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena/MS, verificou-se a necessidade de garantir a continuidade e a regularidade dos serviços de exames de tomografia computadorizada, essenciais ao apoio diagnóstico do Hospital Municipal Francisco Sales e ao atendimento dos pacientes encaminhados pela Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, considerando a inexistência de equipamento próprio no Município e o aumento da demanda por exames de média complexidade.

9.2. Na análise das alternativas para atendimento da necessidade identificada, foram considerados critérios de viabilidade técnica, risco assistencial, continuidade do serviço público, economia e interesse público, tendo sido avaliadas, entre outras, as seguintes opções:

- (i) aquisição de equipamento próprio de tomografia;
- (ii) utilização de serviços por meio de convênios com outros entes públicos;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- (iii) adesão a consórcios públicos de saúde;
- (iv) contratações pontuais e não contínuas;
- (v) contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços, mediante procedimento licitatório.

9.3. A aquisição de equipamento próprio foi descartada em razão do elevado custo de investimento inicial, da necessidade de adequações estruturais, contratação de equipe especializada, manutenção contínua e prazo prolongado para implantação, tornando a solução inviável no curto e médio prazo.

9.4. A utilização de convênios ou consórcios públicos de saúde foi analisada, contudo constatou-se a ausência de disponibilidade imediata e a dependência de agendas externas, o que compromete a regularidade e a tempestividade do atendimento aos pacientes do SUS.

9.5. As contratações pontuais e não contínuas mostraram-se inadequadas por implicarem custos unitários mais elevados, ausência de padronização dos serviços e risco de descontinuidade do atendimento, dificultando o planejamento e a gestão do serviço.

9.6. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tomografia computadorizada, por meio de procedimento licitatório, revelou-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo oferta regular dos exames, qualidade diagnóstica, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa.

9.7. A solução adotada permitirá a manutenção ininterrupta dos serviços essenciais de diagnóstico por imagem, assegurando atendimento adequado aos pacientes do SUS, redução de filas, maior celeridade na definição de condutas clínicas e mitigação de riscos assistenciais.

9.8. A contratação proposta encontra-se alinhada aos princípios da supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, planejamento e razoabilidade, configurando-se como medida necessária e proporcional às necessidades assistenciais do Município de Bodoquena/MS.

9.9. A instrução processual observará integralmente os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa e estimativa de preços, parecer jurídico e autorização da autoridade competente, assegurando transparência, legalidade e segurança jurídica ao procedimento.

10. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

10.1 Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2 No presente caso, o objeto — prestação de serviços de exames de Tomografia Computadorizada (TC), com ou sem contraste, incluindo a emissão de laudos médicos — **será dividido em**





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

itens, considerando as especificidades dos exames a serem realizados, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores e promovendo maior competitividade no certame.

10.3 O parcelamento em itens mostra-se **tecnicamente viável**, na medida em que os diferentes tipos de exames podem ser executados de forma independente entre si, sem prejuízo da qualidade do serviço, desde que mantidas as exigências técnicas mínimas e a responsabilidade do prestador pela realização do exame e emissão do respectivo laudo.

10.4 Sob o aspecto econômico, a divisão em itens permite à Administração **obter propostas mais vantajosas**, possibilitando a contratação de fornecedores distintos para cada tipo de exame, conforme suas especialidades e capacidade operacional, otimizando a aplicação dos recursos públicos.

10.5 Ademais, o parcelamento não compromete a padronização dos serviços, tampouco a gestão contratual, uma vez que serão estabelecidos critérios claros de execução, qualidade e responsabilidade técnica no instrumento convocatório.

10.6 Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação em itens atende ao interesse público, ampliando a competitividade, assegurando eficiência e promovendo a economicidade na contratação.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

11.1. A presente contratação, a ser realizada por pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tem por objeto a prestação de serviços de tomografia computadorizada, por empresa especializada e devidamente habilitada, para atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales de Bodoquena/MS e dos usuários encaminhados pela Central de Regulação do SUS.

11.2. A contratação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços de diagnóstico por imagem, indispensáveis ao suporte clínico, à elucidação diagnóstica e à definição de condutas médicas, evitando atrasos no atendimento, agravamento de quadros clínicos e deslocamentos desnecessários de pacientes para outros municípios.

11.3. São resultados esperados com a execução contratual:

- a) Garantia de acesso regular e contínuo aos exames de tomografia computadorizada, reduzindo filas de espera e tempo de resposta diagnóstica;
- b) Realização dos exames com qualidade técnica, segurança radiológica e emissão de laudos por médicos especialistas, conforme normas sanitárias e assistenciais vigentes;
- c) Apoio diagnóstico às urgências, emergências e atendimentos eletivos, ampliando a resolutividade da rede municipal de saúde;
- d) Integração do serviço contratado com a Secretaria Municipal de Saúde, mediante fornecimento de laudos, registros e relatórios de produção;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

e) Eficiência e economicidade, ao evitar gastos adicionais com remoções, exames externos e tratamentos tardios decorrentes da ausência de diagnóstico oportuno.

11.4. A execução da contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da capacidade diagnóstica do Município, promovendo melhoria dos indicadores assistenciais, segurança do paciente e observância aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

12.1 A administração possui uma dinâmica planejada de capacitação dos servidores com formação continuada e permanente dos mesmos, além dos fiscais de contratos, oferecido e controlado pela Secretaria Geral de Governo e Gestão e Sistema Municipal de Controle Interno.

10.2 Não se vislumbram necessidades de tomada de outras providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Declaramos, para os devidos fins, que não existe contratação correlata ou interdependente à presente licitação. A presente contratação foi devidamente analisada, e não há qualquer relação direta ou dependência com outros contratos ou processos de aquisição em andamento ou concluídos no âmbito desta administração.

13.2. Esta declaração tem como objetivo garantir a lisura do processo licitatório, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado pela legislação vigente.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECI-CLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

14.1. Considerando a natureza dos serviços de tomografia computadorizada objeto da presente contratação, não se identificam impactos ambientais significativos, por se tratar de serviço de diagnóstico por imagem realizado em ambiente controlado e com equipamentos devidamente licenciados. Ainda assim, a empresa contratada deverá observar e cumprir critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto ao uso racional de recursos, ao gerenciamento adequado de resíduos de serviços de saúde e à observância das normas de segurança radiológica, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas;

o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- a Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas contratações públicas;
- as normas sanitárias, ambientais e de radioproteção vigentes;
- demais normas e políticas públicas aplicáveis à matéria.

Ainda que inexistam impactos ambientais relevantes, as práticas adotadas durante a execução contratual deverão estar alinhadas aos princípios da *eficiência, economicidade, responsabilidade socioambiental, prevenção de riscos ambientais e segurança radiológica*, assegurando a adequada destinação dos resíduos e a operação responsável dos equipamentos de tomografia computadorizada.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO 1	Proposta de preço não retratar a realidade do mercado
CAUSA	Empresa oferecer preço acima do praticado no mercado, pesquisa no banco de preços insuficiente.
CONSEQUÊNCIAS (DANOS)	Para valores acima dos praticados no mercado, possibilidade de contratação com valores excessivamente elevados, em prejuízo aos cofres públicos.
ETAPA	(x)Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Medida (s)	Negociação direta dos preços praticados com base em outras contratações de idêntico objeto.
RISCO 2	Licitação deserta
CAUSA	Ausência de fornecedores com possibilidade de serem habilitados; Ineficácia na divulgação da licitação.
ETAPA	()Planejamento (x) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo () médio (x) alto () muito alto
Medida (s)	Identificar potenciais empresas que participam de licitações públicas; divulgar o edital para empresas que prestam este tipo de serviço.
RISCO 3	Descumprimento de cláusulas contratuais
CAUSA	Dificuldade de a fornecedora não adimplir o contrato de forma eficiente
CONSEQUENCIAS (DANOS)	Manutenção deficiente
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (X) baixo () médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo (X) médio () alto () muito alto
Medida (s)	Fiscalização do contrato de forma efetiva, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais.

16. DO REGISTRO DE LICITAÇÃO DESERTA E DA NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO CERTAME:

16.1 Registra-se que o procedimento licitatório anteriormente instaurado para a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar foi declarado deserto, em razão da ausência de participantes.

16.2 Diante da ausência de licitante, tornou-se necessária a reabertura do processo licitatório, mantendo-se a necessidade da contratação e a adequação da solução técnica proposta neste Estudo Técnico Preliminar.

16.3 Ressalta-se que a ocorrência de licitação deserta não afasta o interesse público envolvido, permanecendo plenamente justificada a contratação, tendo em vista a continuidade da demanda administrativa e a necessidade de atendimento ao objeto pretendido pela Administração Municipal.

16.4 Assim, conclui-se que a repetição do certame mostra-se medida necessária e adequada para viabilizar a contratação da solução ora proposta, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

17.1. Conforme fundamentação acima, esta Equipe de Planejamento da Contratação considera que a solução escolhida é a mais **ADEQUADA** e **VIÁVEL**, com base nos elementos anteriormente apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Município de Bodoquena/MS.

17.2. O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Bodoquena - MS, 18 de junho de 2026.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
NOME	CARGO	ASSINATURA
Andreia dos Santos Caetano de Castro	Gerente de Divisão de Gestão Adm. Em saúde	

Aprovador por:

**Monique Hevely Corrêa Dalletteze
Secretária Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ANEXO II

ATA DE REGISTRO Nº/20...

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/20...

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20...

O **Município de Bodoquena**, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede no endereço Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Bandeira II, na cidade de Bodoquena/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.465.016/0001-47, por intermédio do (a) _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOM de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica]*, para **REGISTRO DE PREÇOS nº/202....**, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º xxxxxxxx/xxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do *[edital de licitação]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

15. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

16. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

17. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

18. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 101/2026.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços dependerá:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- I) da comprovação de que as condições e os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração;
- II) de previsão expressa no edital e nesta Ata de Registro de Preços;
- III) da celebração de termo aditivo durante a vigência da ata;
- IV) da indicação expressa do prazo de prorrogação e dos quantitativos renovados para cada item;
- V) de justificativa formal do órgão gerenciador.

Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados poderão ser renovados, total ou parcialmente, até o limite originalmente registrado, vedada a cumulação com os quantitativos não utilizados durante a vigência inicial.

Admite-se a prorrogação antecipada da Ata de Registro de Preços quando houver o esgotamento de ao menos um dos itens registrados, hipótese em que a prorrogação abrangerá todos os itens da ata, iniciando-se novo prazo de vigência de 1 (um) ano a partir da formalização do termo aditivo.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no EDITAL e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e .

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio eletrônico e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos meios oficiais adotados pelo Município.

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A atualização dos preços registrados observará exclusivamente as hipóteses previstas nesta Ata e no Decreto Municipal nº 101/2026, mediante demonstração superveniente da ocorrência de fatos que alterem substancialmente os custos inicialmente registrados, vedada a aplicação automática de reajuste ou repactuação à Ata de Registro de Preços.

O reajustamento e a repactuação, quando cabíveis, serão aplicados exclusivamente aos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e do respectivo instrumento contratual.

A alteração dos preços registrados na Ata não implica revisão automática dos contratos dela decorrentes, cuja recomposição deverá ser analisada pelo órgão contratante em processo próprio, observada a legislação aplicável.

20. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.1.

21. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 26 do Decreto Municipal nº 101 de 2026.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

22. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado, nos termos do § 1º do art. 16 do Decreto Municipal nº 101, de 2026; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações com o fornecedor, quando:

- a) o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente; ou
- b) o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata.

1.1.2.

23. DAS PENALIDADES:

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

Compete ao órgão gerenciador o controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto à apuração de infrações e eventual aplicação de penalidades relacionadas ao descumprimento das obrigações nela estabelecidas, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Os órgãos participantes deverão comunicar ao órgão gerenciador quaisquer ocorrências relacionadas ao descumprimento da Ata de Registro de Preços ou das obrigações contratuais dela decorrentes, para avaliação e adoção das providências administrativas pertinentes.

A aplicação de penalidades decorrentes dos contratos celebrados pelos órgãos participantes observará a competência da autoridade responsável pela respectiva contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

24. CONDIÇÕES GERAIS:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo ao edital.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ANEXO III

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**

Termo De Contrato Administrativo Nº XX/XXXX

Processo Administrativo Nº XX/XXXX

Pregão Nº XX/XXXX

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FA-
ZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODO-
QUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA XXXXXX E
A EMPRESA XX/XXXX**

O MUNICIPIO DE BODOQUENA, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de di-
reito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.465.016/0001-47, com sede na Av.
Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Centro, por intermédio das SECRETARIAS
XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Jurídica de direito
privado XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representa-
do pelo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no
Processo nº XX/XXXX e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decor-
rente da XXXXX Nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. nas condições esta-
belecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Item	Especificação	Qtde	Unidade de Medida	Valor Unit	Valor Total
TOTAL					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação terá validade de XXXXXXXX, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado ou prorrogado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal, conforme Termo de Referência.

6.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

7.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- a) São obrigações do Contratante:
- b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- f) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.
- h) Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem com defeitos ou incompatíveis com o serviço do objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- f) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- h) Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;
- k) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- l) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- m) A contratada deverá realizar o fornecimento dos gêneros alimentícios, cumprindo o cronograma semanal de acordo com a perecibilidade do produto que poderá ser requisitado pela Nutricionista RT/PNAE;
- n) O fornecedor deverá entregar semanalmente nas unidades de ensino da Rede Municipal de Educação, entre os horários 07:00 h às 10:00 h e 13:00h às 15:00h, respeitando correta descrição dos produtos, de acordo com a requisição;
- o) O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será de até 03 (três) dias úteis contados do envio da requisição, não podendo exigir quantidade mínima para entrega;
- p) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos endereços especificados no instrumento convocatório, poderão ser acrescidos caso seja firmado convênio com o recebimento de recursos do PNAE e/ou seja inauguradas unidades de ensino;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.087 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa:**

- 1. Por atraso injustificado no cumprimento do contrato de fornecimento:
- 1.2 de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, por dia atraso, até décimo quinto dia;
- 1.3 de 10% (dez por cento) por recusa injustificada em receber ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente em 05 (cinco) dias contados da notificação, incidente sobre o valor contratual





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.12. As multas previstas neste contrato não impedem que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto:

12.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento correspondente consignado nos seguintes elementos de despesa, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bodoquena – MS, XX de XXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXX





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Secretário Municipal deXXXXXXXX – Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1)

CPF: CPF

2)

